



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Ano académico 2018/2019

Curso de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais

Unidade curricular

Direito Internacional da Pessoa Humana I/II (Turma A) – 2.º Ciclo – Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Ciências Jurídico-Internacionais

Tema: *Justiça Internacional e Direitos da Pessoa Humana: tendências actuais e desafios futuros.*

A unidade curricular visa, tendo em conta a génese e evolução do direito internacional da pessoa humana, o estudo dos principais sistemas de justiça internacional contemporânea especializados em matéria de proteção dos direitos da pessoa humana, bem como as respetivas tendências actuais e desafios futuros.

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular

Maria José Reis Rangel de Mesquita – 2 horas semanais

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

Objectivos da aprendizagem (conhecimentos técnico-jurídicos):

- a aquisição dos conceitos técnicos jurídicos essenciais subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional especializados em matéria de proteção internacional da pessoa humana, em especial a génese e evolução do direito internacional dos direitos da pessoa humana;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre a natureza e modo de funcionamento dos principais sistemas de justiça internacional contemporâneos especializados em matéria de direito internacional da pessoa humana com vista à sua utilização;
- a aquisição crítica de conhecimentos sobre as tendências actuais e desafios futuros dos sistemas de justiça internacional especializados em matéria de direito internacional da pessoa humana, incluindo a relação entre esses sistemas e a ordem jurídica nacional e entre os próprios sistemas de justiça europeus.

Objectivos da aprendizagem (aptidões e competências):

- a análise crítica comparativa dos elementos estruturantes dos sistemas (análise crítica transversal comparada);
- a análise crítica de *case law* e o seu contributo para a evolução do Direito Internacional especializado em razão da matéria;
- a compreensão crítica da relação entre os diversos sistemas e da relação entre a Ordem Jurídica da União Europeia e o sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem (estádio actual e perspectivas de evolução);
- a aquisição de competências essenciais para utilizar cada um ou vários desses sistemas em função dos litígios concretos e dos direitos envolvidos, em especial os sistemas transnacionais que permitem o acesso de sujeitos não estaduais.

Conteúdos programáticos



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

1. Introdução.
2. Direito Internacional da pessoa humana: génese e evolução.
3. Os sistemas de protecção internacional da pessoa humana: sistema universal e sistemas regionais.
4. Justiça internacional e direitos da pessoa humana. 4.1 Justiça internacional: delimitação do conceito 4.2 Justiça internacional: elementos estruturantes 4.3 Justiça internacional e sistemas jurisdicionais de protecção da pessoa humana: justiça internacional universal e justiça internacional regional especializada em matéria de direitos da pessoa humana.
5. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: Europa. 5.1. O sistema da União Europeia 5.2 O sistema da Convenção Europeia dos Direitos do Homem.
6. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: África. 6.1 O sistema da Carta Africana dos Direitos do Homem e dos Povos 6.2 A relação com a União Africana e a fusão entre o Tribunal Africano dos Direitos do Homem e dos Povos e o Tribunal de Justiça da União Africana.
7. Justiça regional em matéria de direitos da pessoa humana: América. 7.1 O sistema da Convenção Americana de Direitos Humanos 7.2 Outros.
8. Justiça internacional e direitos da pessoa humana: tendências actuais e desafios futuros.
 - 8.1 Relações entre a Justiça regional e as ordens jurídicas nacionais. 8.1.1 O diálogo entre os tribunais transnacionais e os tribunais nacionais, em especial os tribunais constitucionais 8.1.2 O problema do nível (mais elevado) de protecção dos direitos da pessoa humana 8.1.3 A noção de violações estruturais e os acórdãos 'piloto' 8.1.4 A execução das sentenças dos tribunais transnacionais na ordem jurídica interna, em especial o recurso extraordinário de revisão 8.1.5 A reparação razoável e as acções de responsabilidade.
 - 8.2 Mudanças de paradigma e perspectivas de evolução: 8.2.1 Os meios (contenciosos) de relacionamento entre os tribunais transnacionais e os tribunais nacionais e o Protocolo N.º 16 à CEDH 8.2.2 A relação entre sistemas transnacionais: a adesão da União Europeia à Convenção Europeia dos Direitos do Homem 8.2.3 A reforma do sistema da CEDH 8.2.4 A fusão de tribunais transnacionais 8.2.5 Concorrência de sistemas (não judiciais e judiciais) de protecção dos direitos da pessoa humana e vias de solução.

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos integram uma abordagem completa dos aspectos principais dos sistemas contemporâneos de justiça internacional especializados em matéria de protecção dos direitos da pessoa humana numa dupla perspectiva: a perspectiva comparativa transversal a partir dos seus elementos estruturantes e a perspectiva de cada sistema individualmente considerado, quer na sua vertente material, quer na sua vertente processual. Tal abordagem permite o conhecimento desses sistemas com vista à sua utilização futura – em razão da matéria envolvida no diferendo a resolver.

Por seu lado, os conteúdos programáticos englobam uma abordagem do seu relacionamento com a ordens jurídicas nacionais, tendo em conta que a resolução de diferendos e a protecção de direitos tem lugar hoje ao



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

nível nacional e transnacional – em especial regional europeu. Tal abordagem permite o conhecimento dessas relações com vista à articulação, em cada caso, dos meios nacionais e transnacionais relevantes para a resolução de diferendos, bem como dos sistemas entre si.

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

A metodologia de ensino assenta em três vectores: uma introdução teórica a cada ponto dos conteúdos programáticos através de método expositivo e da problematização das questões; a análise e comentário crítico de jurisprudência (*case law*) relativa aos principais sistemas de Justiça Internacional e dos textos que os instituem; a elaboração de simulação (Ex. petição individual ao TEDH) – de acordo com a indicação prévia das matérias e da jurisprudência e outros documentos para preparação da aula por parte dos mestrandos. Para o efeito, privilegia-se a utilização da plataforma de *e-learning* da Universidade de Lisboa, com uma página própria para a unidade curricular.

A metodologia de avaliação assenta em dois vectores: uma componente prática (análise crítica de jurisprudência, comentário de artigo dos Tratados que instituem os sistemas de justiça internacional relevantes ou elaboração de peça processual); uma componente de investigação e elaboração de trabalho escrito sobre um tema específico do programa de acordo com a formação e os interesses individuais dos mestrandos.

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

A introdução teórica e problematização das questões jurídicas permite a aquisição dos conceitos técnico-jurídicos subjacentes à problemática dos sistemas de justiça internacional especializados em matéria de proteção dos direitos da pessoa humana e dos conhecimentos essenciais sobre a caracterização e modo de funcionamento dos vários sistemas objecto de estudo.

A análise e comentário crítico dos textos institutivos dos sistemas de justiça internacional em causa e da jurisprudência, bem como a elaboração de simulações (sob a forma de peças processuais) permite em especial uma compreensão do modo de funcionamento dos sistemas na prática – em termos materiais e processuais – com vista à sua utilização face a um litígio concreto – sistema ou sistemas relevantes e modo de articulação entre o nível nacional e transnacional

Bibliografia principal

Em língua portuguesa:

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Justiça Internacional. Lições, Parte I – Introdução*, Lisboa, AAFDL, 2010

AAVV, *Organizações Internacionais*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2.^a ed., 2006

AFONSO D'OLIVEIRA MARTINS e MARGARIDA SALEMA D'OLIVEIRA MARTINS, *Organizações Internacionais*, Vols. I e II, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 1996

ANA MARIA GUERRA MARTINS, *Direito Internacional dos Direitos Humanos*, Coimbra, Almedina, 2014 (reimpr. 2017)

ANDRÉ GONÇALVES PEREIRA e FAUSTO DE QUADROS, *Manual de Direito Internacional Público*, 3.^a ed., Coimbra, Almedina, 1993 (6.^a reimpr., 2005)

CARLOS BLANCO DE MORAIS, *Direito Internacional Público, Sumários Desenvolvidos*, 2.^a ed., Lisboa, AAFDL, 2012

EDUARDO CORREIA BAPTISTA, *Direito Internacional Público, Vol. I*, Lisboa, AAFDL, 2015, Vol. II, Lisboa,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

AAFDL, 2015

IRINEU CABRAL BARRETO, *A Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, 5.^a ed. (reimpr.), Coimbra, Almedina, 2015

JOAQUIM DA SILVA CUNHA E MARIA DA ASSUNÇÃO DO VALE PEREIRA, *Manual de Direito Internacional Público*, 2.^a ed., Coimbra, Almedina, 2004

JÓNATAS E. M. MACHADO, *Direito Internacional – Do paradigma clássico ao pós-11 de Setembro*, 4.^a ed., Coimbra, Coimbra Editora, 2013

JORGE BACELAR GOUVEIA, *Manual de Direito Internacional Público. Introdução, Fontes, Relevância, Sujeitos, Domínio, Garantia*, 5.^a ed., Coimbra, Almedina, 2017

JORGE MIRANDA, *Curso de Direito Internacional Público*, 6.^a ed., Estoril, Principia, 2016

MARIA LUÍSA DUARTE, *Direito Internacional Público e Ordem Jurídica Global do Século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2016

MARIA LUÍSA DUARTE, *União Europeia e Direitos Fundamentais – No Espaço da Internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2006

MARIA JOSÉ RANGEL DE MESQUITA, *Direito Internacional Penal e Ordem Jurídica Portuguesa. Textos básicos*, Lisboa, AAFDL, 2006

ANTÔNIO CANÇADO TRINDADE, *Os Tribunais Internacionais Contemporâneos*, Brasília, Funag, 2013 (www.funag.gov.br)

Em língua estrangeira:

FRÉDÉRIC SUDRE, *Droit européen et International des droits de l'homme*, 13.^a ed., Paris, PUF, 2016

JEAN-FRANÇOIS RENUCCI, *Droit européen des droits de l'homme*, 7.^a ed., Paris, LGDJ, 2017

FRANCIS G. JACOBS, ROBIN C. A. WHITE, CLARE OVEY (BERNARDETTE RAINEY, ELIZABETH WICKS, CLARE OVEY), *The European Convention on Human Rights*, 7.^a ed., Oxford, Oxford University Press, 2017

ILIAS BANTEKAS, LUTZ OETTE, *International Human Rights Law and Practice*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2016

MALCOLM EVANS, RACHEL MURRAY, *The African Charter on Human and peoples' Rights*, 2.^a ed., Cambridge, Cambridge University Press, 2011

YVES HAECK, OSWALDO RUIZ CHIRIBOGA, CLARA BURBANO HERRERA (ed.), *The Inter-American Court of Human Rights, Theory and practice, present and future*, Cambridge, Intersentia, 2015

CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of International Tribunals*, Kluwer Law International, The Hague, 2003



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- CHITTARANJAN AMERASINGHE, *Jurisdiction of Specific International Tribunals*, Martinus Nijhoff, Leiden, 2009
- RUTH MACKENZIE, CESARE ROMANO, YUVAL SHANY E PHILIPPE SANDS, *The Manual on International Courts and Tribunals*, 2.^a ed., Oxford, University Press, 2010
- YUVAL SHANY, *Assessing the Effectiveness of International Courts*, Oxford, University Press, 2014
- YUVAL SHANY, *The competing Jurisdictions of International Courts and Tribunals*, Oxford, University Press, 2003
- CESARE ROMANO, KAREN ALTER, YUVAL SHANY, *The Oxford Handbook of International Adjudication*, Oxford, University Press, 2014
- DARIO MOURA VICENTE (Ed.), *Towards a Universal Justice? Putting International Courts and Jurisdictions into Perspective* (Collected papers of the ILA Regional Conference Held in Lisbon in 2014), Brill-Nijhoff, 2016
- NIKOLAOS LAVRANOS, *Jurisdictional Competition. Selected Cases in International and European Law*, European Law Publishing, 2009
- THERESA SQUATRITO et al. (ed.), *The Performance of International Courts and Tribunals*, Cambridge, Cambridge University Press, 2018
- WILLIAM SCHABAS, SHANNONBROOKE MURPHY (ed.), *Research Handbook on International Courts and Tribunals*, Cheltenham, Edward Elgar Publishing, 2017
- TOBIAS LOCK, *The European Court of Justice and International Courts*, Oxford, 2015
- FISNIK KORENICA, *The EU Accession to the ECHR between Luxembourgs search for autonomy and Strasbourg credibility on human rights protection*, Cham, Springer, 2015
- VASILIKI KOSTA (ed.), *The EU accession to the ECHR*, Oxford, Hart, 2014
- ILIOPOULOS-STRANGAS, PEREIRA DA SILVA, POTACS (ed.), *The Accession of the European Union to the ECHR, The Impact on the Protection of Fundamental Rights in Europe*, Baden-baden, Nomos, 2013